

**A MOBILIZAÇÃO  
SOCIAL POR DENTRO  
DAS INSTITUIÇÕES:  
NOTAS SOBRE UMA  
AGENDA ADIADA**

**LUCIANA CORRÊA DE SENA CAJADO**

**RESUMO:** Entre 2020 e 2022, em uma cidade do interior do Pará, na Amazônia brasileira, durante o campo etnográfico, emergiu uma possível mobilização social. A pandemia da Covid-19 contextualizava o período. A pesquisa objetivava observar práticas de cuidado e assistência oferecidas a pessoas em situação de rua, por meio de instituições e políticas públicas, em um contexto fora dos grandes centros urbanos, em meio às dinâmicas das pessoas, mobilidades entre cidades, ruas e instituições, naquele momento crítico. No percurso, a insatisfação na relação com instituições do Estado provocou os primeiros passos de uma organização política entre usuários de um dado serviço. Este texto busca trazer contribuições, especialmente, aos caminhos políticos e limites pelos quais mobilizações sociais podem fazer-se e desfazer-se, inclusive, por dentro das instituições.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pessoas em Situação de Rua, Agência, Ativismo institucional, Mobilização, Amazônia.

## **Primeiras notas: a pesquisa de campo e outros interesses**

Um “Abrigo” para adultos e famílias e uma “Casa” de atendimentos diários para pessoas em situação de rua,<sup>1</sup> duas instituições públicas do Sistema Único de Assistência Social brasileiro. Entre 2020 e 2022,<sup>2</sup> uma etnografia foi desenvolvida, em grande parte, nesses dois locais, ambos situados em Santarém, centro urbano da Amazônia brasileira, no interior do estado do Pará. Naquela ocasião, ocorria a pandemia da covid-19, dado que situa o contexto adverso em que se materializaram as interações sociais compartilhadas a seguir.

O objetivo da pesquisa era observar interações e práticas de cuidado e assistência oferecidas a pessoas em situação de rua, por meio de instituições e políticas públicas: como elas operavam nas margens (Das e Poole, 2004, 2008), através de um Estado biopolítico (Foucault, 1995, 1999, 2008; Fassin, 2009; 2014; Agier, 2019), em meio às dinâmicas das pessoas, seus movimentos entre cidades, ruas e instituições, durante momentos globalmente críticos, considerando o período daquela pandemia.

Destaco que é do interesse dos movimentos sociais e organizações não governamentais desse campo, inclusive o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), discutir a dinâmica das pessoas em situação de rua entre cidades, ruas e instituições, no Brasil, e mais ainda o modo como o Estado responde politicamente às demandas de cuidado e assistência dessa “população”. Tais mobilizações confrontam práticas governamentais e produzem mudanças, à medida que lutam contra opressões e violações de direitos humanos e sociais e reivindicam garantia de direitos constitucionais (De Lucca,

1 Ambos serão tratados aqui a partir de tais nomes, embora registro que não se trata da nomenclatura oficial das duas instituições.

2 O projeto de pesquisa foi aprovado, no Brasil, pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) sob o parecer de nº 44743721.5.0000.5168; em Portugal, pela Comissão de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, devido à natureza do vínculo institucional da investigadora.

2007; Zanella e Sicari, 2020; Torres, 2021), particularmente habitação, saúde, educação, segurança, trabalho e renda.

Porém, durante o trabalho de campo, o contrário também apresentou-se oportuno de observar: a preocupação do Estado no modo como se organizavam as pessoas em torno de suas “agencialidades” (Giddens, 2003; Ortner, 2007) e como operavam os movimentos sociais e organizações não governamentais desse campo. Sobretudo, quando envolveu instituições ligadas à gestão de diferentes tipos de mobilidade e precariedades, igual ao caso do Abrigo, a ser aprofundado adiante.

Nesse sentido, este texto busca trazer contribuições teóricas em relação às maneiras como a mobilização pode fazer-se e desfazer-se através de outros canais políticos, até mesmo por dentro das instituições. Principalmente, nas interações entre agentes institucionais do Estado e outras pessoas que usam esses espaços, e na forma como ambos podem interferir em propostas de auto-organização em um movimento social (no caso, o MNPR). Para isso, estabeleço diálogo com algumas autoras e autores que discutem as margens, as instituições totais, agência e as técnicas de poder e controle do Estado (Foucault, 1995, 1999, 2008; Goffman, 1987; Das, 2011; Das e Poole, 2004, 2008; Agier, 2019; Fassin, 2009, 2014; Giddens, 2003; Ortner, 2007), bem como com estudos que abordam o ativismo *inside* ou ativismo interno, institucional ou burocrático (Olsson e Hysing, 2019, 2018, 2012; Abers e Tatagiba, 2015; Silveira, 2022). Também compartilho a experiência de outros atores sociais do campo, como Jonas<sup>3</sup> e Patrícia<sup>4</sup>.

**3** Para garantir a segurança e privacidade das interlocutoras e interlocutores, durante a investigação os nomes aqui utilizados são fictícios.

**4** Agradeço, especialmente, à Patrícia pela partilha da sua história, em entrevista, no desejo de contribuir com esta discussão.

## Indignação, mobilização, resistências: *Jonas*

No início de abril de 2022, enquanto eu desenvolvía a observação participante no Abrigo, começou a se espalhar entre os agentes institucionais a informação de que Jonas, um dos acolhidos, queria criar o “movimento dos moradores de rua da cidade”.<sup>5</sup> Na tarde em que a equipe atualizava-me acerca da novidade, um dos profissionais do serviço ressaltou: “Lembro que 70% dos ‘moradores de rua’ não querem ir para casa de acolhimento”. Outra agente institucional acrescentou: “Eles não são seguidores de regras, eles querem criar as próprias regras”. Jonas não participava dessa conversa.

Na mesma ocasião, eu soube que outro acolhido do serviço, o Farias, já estava sinalizado como o “vice” do movimento, posto que Jonas seria o que ele mesmo informava como “presidente”. A propósito, essa pequena reunião de agentes institucionais que encontrei assim que cheguei à sala da coordenação, naquela tarde de abril, dava-se porque Jonas queria uma assinatura da gestora, na Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (setor da Prefeitura de Santarém que geria diretamente aquela instituição). Segundo ele, tal procedimento era necessário para “reconhecimento do movimento”. No breve diálogo que acompanhei entre o grupo de trabalhadores do serviço, notei o desconhecimento por parte dos profissionais do que seria esse “movimento”, em específico, embora houvesse uma atmosfera de apoio à iniciativa (ao menos, inicialmente).

Uma semana após a ocorrência desse fato, soube, por meio de agentes institucionais do Abrigo, que Jonas estava provocando o que os técnicos descreveram-me como “tumulto”: ao tentar organizar

5 Como códigos da escrita deste texto, palavras entre aspas e sem itálico referem-se a: (i) citações diretas com termos e conteúdos do campo, nas falas de interlocutoras e interlocutores; (ii) citações diretas de trechos de documentos e notícias incluídos entre as fontes primárias dos materiais da análise; (iii) citações diretas e termos específicos da literatura de referência sobre os temas em discussão que desejo chamar a atenção da leitora e do leitor. Quando sem aspas, mas realçados apenas em itálico, são palavras que busco enfatizar devido à origem em outras línguas ou referência a um povo originário e/ou indígena.

o “movimento” entre os acolhidos, estava gerando desconforto na relação com a equipe de assistência. Por isso, a própria equipe começou a considerar o desligamento de Jonas da instituição. Na sala, durante essa nova conversa — da qual Jonas também não estava participando —, uma das profissionais segurava o prontuário dele aberto em mãos. Enquanto os demais falavam, ela recuperava informações de quando o homem chegou ao serviço. A ideia era conferir se ainda havia alguma pendência a ser resolvida com apoio da instituição, entre as demandas pessoais descritas pelo próprio Jonas, ao chegar ali.

Jonas era um homem cis, pardo, brasileiro e migrante de outro estado do país, e, assim que chegou ao Abrigo, no final de 2023, informou que estava “de passagem” para Fortaleza, capital do estado do Ceará. Sua chegada a Santarém ocorreu por causa de um relacionamento, razão pela qual havia investido seus recursos pessoais em um grande deslocamento do sul ao norte do Brasil. Depois do convívio de uns dois anos com a pessoa, separou-se devido aos conflitos, resultando em sua ida para as ruas, onde viveu cerca de um ano.

Segundo a equipe, o arquivo de Jonas informava que, desde sua entrada no serviço, ele já havia conseguido recuperar e atualizar seus documentos e o acesso ao Auxílio Brasil.<sup>6</sup> Ou seja, para a equipe, não havia mais razão para manter o que eles denominavam de “institucionalização de Jonas”. Naquele mesmo dia, no entanto, tive a oportunidade de conversar individualmente com ele próprio, que começou por dizer: “Eu me considero ‘morador de rua’. Eu me considero ‘dependente químico’”. Revelou que, há cerca de um ano, não estava em situação de rua, pois tinha uma “barraca” e ficava com os hippies em Alter do Chão, uma vila ribeirinha próxima à Santarém, com forte atrativo turístico. Trabalhava com venda de açaí, bebida

**6** Programa de transferência monetária nacional implantado no governo Bolsonaro (2019-2022), quando revogou o programa anterior, havia muitos anos conhecido por Bolsa Família. O Auxílio Brasil veio na sequência do Auxílio Emergencial, inicialmente provisório e adotado no país durante a pandemia de covid-19. O valor de referência do benefício era R\$ 600,00.

bastante popular e de origem local da Amazônia. Descreveu que, em Alter, “a pessoa em situação de rua é mais como hippie mesmo”.

Contou-me sobre seu plano, pois continuava a perseguir o projeto de tentar “abrir o movimento”. Disse-me a razão de ser o representante: “Os indígenas não têm uma liderança deles? Os ‘moradores’ também precisam de um líder. Eu vou ser essa liderança”. Além disso, conforme definido pelo próprio Jonas, Farias seria, de fato, “o vice”. Contou-me que já havia planejado outras questões, como abrir um CNPJ<sup>7</sup> e ir no dia seguinte ao Ministério Público,<sup>8</sup> pois teriam ligado para ele havia pouco, a fim de orientá-lo; inclusive, já teriam enviado uma “cartilha para políticas com direitos e deveres”. Com certa indignação no tom da voz, argumentou, enfim: “Em todo o Brasil, o movimento funciona, em Belém... Só aqui que não. [...] Vou fazer funcionar”. O fato que considerou a alavanca para busca de direitos foi ter testemunhado a agressão de outro homem em situação de rua, o qual pedia comida em Alter do Chão. Jonas recordava que a pessoa levou um “tapa de um policial”, memória que agora lhe dava ânimo para construir o tal “movimento”.

A despeito da clareza de seus argumentos, a reprovação ao plano de Jonas parecia crescer entre profissionais, cercados dos muros institucionais. Em outro diálogo, ainda naquele dia, eu conversava individualmente com uma das agentes institucionais do serviço, quando, em seu desabafo, ela opinou sobre Jonas: “Ele se vitimiza muito, e não gosto”.

Cerca de duas semanas depois desses diálogos, a equipe do abrigo atualizou-me que Jonas estava gerando outros problemas, agora também na Unidade de Saúde da Família próxima ao Abrigo, local responsável pelos atendimentos públicos de saúde das pessoas acolhidas naquela instituição socioassistencial. Lá, ele havia feito reclamações direcionadas à equipe de saúde, devido ao problema no

**7** Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, um tipo de registro que identifica empresas e organizações perante a Receita Federal, no Brasil.

**8** Ministério Público: no Brasil, pode ser estadual ou federal, a depender da esfera de atuação e dos casos.

atendimento. Após o ruído com Jonas, os técnicos do Abrigo perceberam que “novas pessoas não indígenas abrigadas” passaram a encontrar alguma resistência de acesso aos atendimentos de saúde ali. Apesar da frequente falta de médico, algumas agentes institucionais interpretavam que a barreira parecia ter se intensificado depois dessa confusão. De certa forma, entendiam como incontornável a organização do desligamento desse acolhido frente à movimentação que ele estava produzindo e que agora se expandia a outras instituições, causando o que a equipe interpretava como repercussões negativas atribuídas ao seu comportamento.

Enquanto eu conversava com alguns agentes institucionais sobre esses atritos — “hoje a gente está com problemas com brasileiros, né?”,<sup>9</sup> disse-me uma delas —, percebi que outros profissionais, na mesma sala, concentravam-se na consulta de protocolos e diretrizes de trabalho para casas de acolhimento inseridas na mesma política social nacional que contemplava o Abrigo. Em dado momento, alguém tirou os olhos do papel e comentou: “Pela legislação, a gente não pode receber pessoas por mais de três meses neste tipo de serviço da assistência social. Aqui é um abrigo emergencial, mas também uma casa de acolhimento”. Esses profissionais contaram-me que aquela busca por uma solução para o “problema com brasileiros” que a equipe estava a realizar na realidade decorria da cascata dos “tumultos” produzidos por Jonas.

Uma das agentes institucionais exemplificou-me com a história de outro acolhido brasileiro, recentemente encaminhado por outra instituição da assistência social. Ele havia conseguido um agendamento médico com muito custo, naquela unidade de saúde, quando ainda havia médico na equipe. No entanto, perdeu a consulta porque, segundo a técnica, “deu ouvidos ao Jonas e foi fazer uma denúncia sobre as condições do abrigo no Ministério Público, no mesmo dia

**9** Tal declaração demarcada pela nacionalidade vem do intenso convívio intercultural nesse abrigo, o qual acolhia pessoas estrangeiras e brasileiras em situação de rua, bem como pessoas estrangeiras em situação de migração e refúgio, conforme aprofundaremos ao longo do texto.

do agendamento”. Agora que a unidade estava sem médico, seria muito mais difícil remarcar o atendimento, conforme explicou a profissional. A denúncia no Ministério Público, por sua vez, produziu alguma repercussão, visto que, logo em seguida, uma rede de televisão apareceu no Abrigo para entrevistar a coordenação. A equipe orientou que, para qualquer informação, eles buscassem a assessoria de comunicação da prefeitura e não deu entrevista.

Diante desses desdobramentos, Jonas recebeu da instituição um primeiro prazo de permanência: 25 de abril de 2022. Depois, uma tolerância foi concedida até 13 de maio: “Jonas põe lenha nos brasileiros. Hoje o acordo é ele se aquietar para poder ficar aqui até 13 de maio, prazo final para ele organizar sua saída”. Em contrapartida, Jonas questionou por que, ao contrário dos brasileiros, os indígenas warao podiam passar tempo indeterminado no Abrigo.

Ao perceber a intensificação dos burburinhos relativos aos ruídos entre usuários<sup>10</sup> e agentes institucionais no Abrigo, Botelho (outro acolhido na instituição) lançou-me, certo dia, uma questão: “Como a equipe comunica um desligamento?”. Um profissional que ouviu a pergunta explicou-lhe que isso tinha relação com os objetivos: “Se os objetivos são resolvidos, e cada um que entra aqui tem seus objetivos, [a pessoa] já pode sair”. Mas, segundo o profissional, não ocorria a mesma coisa com os indígenas: “[...] não dá para ser da mesma forma. O tempo é indeterminado. Ou até que estejam aptos para serem desligados”.

No penúltimo dia de abril, às vésperas de sua saída, Jonas voltou a detalhar-me sua ideia. Tinha a intenção de criar, por meio do “movimento de população em situação de rua”, um projeto de cooperativa de reciclagem para pessoas em situação de rua, já que “a maioria trabalha catando latinha, cobre, não é?”, como ele observava.

**10** Usuário: categoria êmica utilizada no campo como termo que identifica toda pessoa que, por qualquer razão, usa o serviço de assistência social no Brasil. É uma categoria aplicada tanto por gestores quanto por trabalhadores das equipes de instituições de assistência social no país, além de aparecer nos documentos oficiais deste campo. Por ora, também seguirá em uso aqui.

Contou-me que descobriu o “movimento” por meio de uma mulher, em São Paulo, que era “vice do movimento” e com quem mantinha contato pelas redes sociais.

Jonas havia pesquisado algumas coisas, sabia da experiência de outras cidades e estados brasileiros: Mato Grosso, Belém, São Paulo, Bahia, Amazonas... Em Manaus, ele soube que havia um “galpão do movimento” que trabalhava com “luta”. Perguntei-lhe o que era essa “luta”, ao que respondeu: “Tipo MMA”.<sup>11</sup> E completou: “Em Mato Grosso, eles trabalham com granja... Em Marabá, com camiseta... Com o projeto, o objetivo é pegar os ‘morador de rua’ para trabalhar nesse projeto, e já vão ter um lugar para morar”. De acordo com sua análise, a “população imigrante e refugiada” estava aumentando, consideravelmente, “mas os ‘morador de rua’ vai ficando esquecido”. Reclamou das regras ali, disse que completaria agora quatro meses no Abrigo, “[...] e todo mundo sabe que eu bebo. Mas só tem regra para brasileiros. Venezuelano e ‘índio’ bebe e fuma aqui, e ninguém fala nada”.

Queixou-se ainda das práticas de cuidado e assistência oferecidas a pessoas em situação de rua no Abrigo: “O cuidado para os brasileiros aqui está precário. Estão se importando demais com os estrangeiros e deixando de lado as pessoas em situação de rua”. Na sua opinião, o “movimento” que estava construindo não deveria “incluir os estrangeiros, só os brasileiros do Brasil”. Inclusive, questionava a identidade social de “refugiado”, comumente acionada na instituição para se referir aos indígenas venezuelanos da etnia warao e dos venezuelanos não indígenas, público prevacente entre acolhidos do Abrigo: “Os refugiados de guerra que eu sei são o pessoal da Ucrânia. Que guerra tá tendo na Venezuela?”.

Por fim, Jonas perguntou-me como eu poderia ajudá-lo com esse “projeto”, queria qualquer orientação sobre como “fundar o movimento”. Sugeri começar pelo contato com outras lideranças no

<sup>11</sup> É a sigla para *mixed martial arts* — “artes marciais mistas”, em português —, sugerindo outro entendimento acerca do sentido de “luta”, comumente acionado no vocabulário das mobilizações sociais.

país. Mostrei alguns nomes de referência nacional, ele ainda não os conhecia. Indiquei canais para encontrá-los nas redes sociais, estabelecer diálogos. Comentei também sobre a Casa, outra instituição que atendia pessoas em situação de rua, em Santarém. Soube que lá se iniciou a construção de uma “associação de pessoas em situação de rua”, conforme me explicaram em campo, mas depois isso acabou não avançando por dificuldade de manter o envolvimento de quem construiria a organização. Ao ouvir esse dado, Jonas devolveu-me com uma dúvida que considerei bastante pertinente: como construir um movimento com a assistência, se ele haverá de questioná-la?

Por fim, compartilhou outra questão: “quantos ‘moradores de rua’ existem aqui na cidade, hoje?”. Respondi que não tínhamos como saber esse dado exatamente: “Sei o quanto esse dado seria importante tanto para seu trabalho quanto para o meu. Mas não temos”. Jonas devolveu: “Como uma cidade com 495 mil habitantes, como esta, desconhece essa informação?”. Isso expressava seu olhar crítico sobre a governamentalidade. Em seguida, referindo-se ao total de habitantes: “Essa quantidade não inclui ‘morador de rua’, né? Pois o IBGE<sup>12</sup> não confere ‘morador de rua’, né?”. Eu concordei que não, ao que ele deu continuidade no raciocínio: “Como podemos mudar algo se não sabemos nem quantos somos? Quer dizer, os ‘moradores de rua’ são invisíveis nesses números, né?”.

O conjunto do que foi narrado até agora revela a construção do protagonismo de Jonas enquanto sujeito político em face de uma indignação que ele anunciava legítima e crescente. Em dado momento, Jonas passou a questionar as estruturas, então as resistências adquiriram maior concretude. Essa narrativa conecta-se, por sua vez, a eventos anteriores desenvolvidas a seguir e descreve o modo como as ações reivindicatórias apresentadas por Jonas tentavam intervir em uma estrutura interinstitucional que, na realidade, ora apoiava, ora restringia. Essa estrutura se revelou, por sua vez, bem

**12** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, responsável pelos censos demográficos no Brasil.

mais complexa e maior que os limites do abrigo e de suas técnicas disciplinares de organização.

## **Entre outros achados do diário de campo**

Quando eu já estava a tratar os dados desta pesquisa para escrita da tese, deparei com algumas reflexões de Jonas entre registros de diário de campo anteriores aos fatos narrados acima. Eram relativos ao ano no qual desenvolvi parte da etnografia na Casa. Recordei que ele esteve lá por um período bastante breve, em dezembro de 2021, ou seja, pouco antes de ser acolhido no Abrigo. Em uma das ocasiões descritas, eu participava da entrega das refeições do almoço com alguns agentes institucionais. Os pratos eram fornecidos diariamente pela Casa aos usuários. Nessa cena em específico, alguns usuários queriam repetir a comida, mas não sabiam se seria possível, pois parte das refeições preparadas para o dia ainda seria levada à Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (Semtras), na prefeitura. Obviamente, a informação da restrição do número de refeições por pessoa resultou na insatisfação dos que ainda sentiam fome.

Jonas almoçava em uma dessas mesas. Diante da restrição, não perdeu a oportunidade de manifestar a crítica: “Bolsonaro deixa a gente passar fome. Quando era o Lula, não era essa miséria, não”. Sua fala reservava impressões pessoais acerca da forma como eram operadas, na prática, as políticas sociais endereçadas às pessoas em situação de rua e como elas podiam mudar, segundo sua opinião, a cada novo governo. Isso anunciava, desde aí, que a indignação vocalizada por esse usuário era anterior à experiência no Abrigo.

Gostaria de retomar, no entanto, o questionamento que Jonas faria a mim, meses depois desse encontro do almoço na Casa, pois se trata de um dos principais fios condutores do restante deste manuscrito: como se pode construir um movimento “com” a assistência, se ele haverá de questioná-la? Sobre esse horizonte de construção, que implicaria também a formação de consciência política por meio de

uma instituição do Estado, recorde um evento em agosto de 2021, na Casa. Era alusivo ao mês de “luta do 19 de agosto”,<sup>13</sup> e, pelo modo como aconteceu, considero-o útil para conferir alguma materialidade a essa questão. Ressalto que, nesse momento, porém, Jonas ainda não havia aparecido no circuito dessas instituições.

Na manhã do tal evento, dez usuários já estavam presentes na Casa, quando cheguei. Entre eles, apenas uma mulher em situação de rua também participava. (Esse dado sobre a distribuição de gênero, nos espaços com a participação de pessoas em situação de rua, será retomado em outro tópico adiante.) As cadeiras a serem ocupadas estavam distantes umas das outras no jardim da Casa — e essa distância fazia parte dos protocolos do tempo de pandemia.

Passado um tempo de espera, chegou uma representante da gestão da Semtras, responsável por abrir as falas da atividade. Após sua breve visita, um dos agentes institucionais assumiu o microfone e comentou “direitos e deveres das pessoas em situação de rua”. Falou em direito à saúde e mencionou os centros de atenção psicossocial.

Em seguida, fez uma apresentação em slides sobre os direitos, e um dos agentes institucionais perguntou ao público, nas cadeiras: “Esses direitos são respeitados?”. Um dos usuários respondeu: “Nem sempre”. O mesmo profissional deu sequência à fala e explicou que, no Brasil, havia “178 unidades como essa em que estamos” e que apenas cidades com mais de 200 mil habitantes podiam contar com este tipo de serviço. Perguntou ao grupo: “Mas, nos municípios com menos de 200 mil habitantes, não há ‘morador de rua?’”. E, em seguida, ele mesmo respondeu: “Tem, mas não para a política”. Como sugestão para que “a população de cidades menores acesse o direito”, esse profissional acreditava que seria pertinente alterar a política. “Quando nossa cidade alcançar 400 mil habitantes, é possível que haja mais um equipamento como este.”

**13** A programação fazia parte das atividades pelo “19 de agosto”, Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua, no Brasil. A data refere-se ao dia do “Massacre da Sé”, descrito adiante.

Depois, ele citou dados de uma organização internacional para mencionar que a “situação de rua” era uma crise global: não ocorria apenas em Santarém, no Pará ou no Brasil. Enfatizou o quanto os movimentos sociais criticavam os dados, pela diversidade de pessoas em situação de rua, atualmente, isto é, “não apenas homens adultos negros, como faz pensar a política”, ele disse. Criticou a inexistência de censo nacional do IBGE para “população em situação de rua”. Aproveitou essa crítica aos censos demográficos, para perguntar ao grupo se o IBGE já os entrevistou alguma vez no ponto, na marquise, na rua. Todos balançaram a cabeça em sinal negativo.

Por fim, o mesmo agente institucional compartilhou com o grupo a trajetória de conquistas e “lutas” representativas desse dia. Em sua fala, incluiu a história do “massacre da Sé”, em 2004, quando sete pessoas em situação de rua foram assassinadas, e oito foram gravemente feridas, enquanto dormiam no centro de São Paulo. O fato mobilizou reivindicações por direitos sociais que hoje compõem a política de assistência às pessoas em situação de rua, ele narrou.

Em seguida, foi feito um pequeno intervalo para exibição de um vídeo curto que editei a pedido da equipe da Casa, com cenas sobre as manifestações do dia 19 de agosto em todo o Brasil, nos últimos anos. Quando o vídeo acabou, Mendes, um dos usuários do serviço, perguntou: “Se a matança de 2004 não tivesse ocorrido, [se não tivessem] morrido os irmãos, lugares como a Casa aqui teriam sido criados?”. O mesmo agente institucional, que mediava a discussão, respondeu: “Foi a atitude dos movimentos sociais e a luta por direitos, que ganharam força desde o crime, que resultou na criação dessas instituições”.

Tal cena demarca um exercício de militância por meio da atuação profissional possível de observar em espaços institucionais do Estado, e por meio desse ativismo agentes institucionais comprometidos com agendas de redes e organizações da sociedade civil promovem esforços diários de mobilização interna para produção de mudanças nas políticas (Olsson e Hysing, 2019, 2018, 2012; Abers e Tatagiba, 2015; Silveira, 2022). Em diálogo com tal literatura do ativismo institucional, os dados descritos sinalizam alguns dos caminhos

pelos quais o próprio Estado pode participar da criação ou mesmo incrementar as mobilizações sociais.

Nos tópicos a seguir, descrevo, brevemente, o cenário urbano em que ocorreu a etnografia (fora dos grandes centros) e como as pessoas em situação de rua ocupavam o espaço e a instalação de uma Casa e de um Abrigo na composição dos modos de gestão local dessa “população”. Na sequência, será abordada a origem do MNPR, e alguns aspectos atuais das mobilizações sociais das ruas, no Brasil e na Amazônia brasileira.

### **A margem: o cenário urbano, as pessoas, *o Abrigo e a Casa***

Esta pesquisa acontecia em uma das poucas “cidades médias” do estado do Pará e da região norte do Brasil (Sposito, 2001), onde viviam, em 2022, pouco mais de 300 mil pessoas de acordo com o censo brasileiro (IBGE, 2023). Esse centro urbano, ao longo do tempo, adquiriu papel diferenciado como referência urbana estratégica na rede espacial de cidades da Amazônia brasileira e internacional (Pereira, 2008). Sua relevância econômica e política, bem como seu potencial turístico, tornaram-no um atrativo da região que ocupa (Castro, 2008). Como cidade portuária alimentada por importantes rios, servia — e serve até os dias atuais — de nó fluvial na conexão entre outras cidades metropolitanas da Amazônia (Pereira, 2008), como Belém e Manaus, especialmente no percurso feito de barco. Este é o principal meio de transporte das pessoas na região norte do país, e o deslocamento pode levar vários dias. No trajeto, em geral há pequenas paradas em cidades menores, também conectadas pelos rios.

A posição geográfica, no entanto, parecia favorecer Santarém enquanto “lugar de passagem” das pessoas, algo que resultava na incorporação da cidade às trajetórias e narrativas de quem acessava as instituições etnografadas durante este estudo, sobretudo aquelas pessoas em situação migratória. A mobilidade, a

propósito — especialmente aquela realizada através dos rios —, revelou-se um elemento característico do cotidiano de muitas pessoas em situação de rua que encontrei durante o campo.

A presença de instituições “fixas” como a Casa e o Abrigo, por sua vez, cenários onde grande parte desta pesquisa ocorreu, indicavam não somente a presença, como a gestão de pessoas em situação de rua pelo Estado, através de instituições e fora dos contextos dos grandes centros urbanos do país. Isso é possível de ser observado em cidades menores, com provável maior controle em função do redimensionamento do fenômeno (Frangella, 2009) — ainda assim, sem um censo específico da “população” em situação de rua na cidade, na ocasião, conforme apontado por Jonas.

Nesse sentido, a Casa apareceu como a primeira referência de instituição pública que buscava atender às demandas socioassistenciais decorrentes da presença e circulação de pessoas em situação de rua. Estava ligada ao Sistema Único de Assistência Social (Suas), por meio do qual se operacionalizam as ações de assistência no Brasil. Foi inaugurada em 2014, instalada em um imóvel alugado pela Prefeitura de Santarém. Na ocasião da pesquisa, era o principal serviço público oferecido pela cidade àquelas pessoas e ficava aberto ao público das 8h às 14h (horário modificado em decorrência da pandemia). Oferecia refeições (café da manhã e almoço), espaço para higiene e descanso diurno, bem como doação de roupas, encaminhamento para instituições de saúde e assistência social, acesso a atendimentos socioassistenciais e uma rotina de atividades educativas, serviços que foram adaptados de diferentes maneiras, em função da covid-19.

Já o Abrigo também era parte do mesmo sistema de gestão, enquanto “proteção social especial de alta complexidade”, de acordo com as tipificações do Suas. Foi criado em 2017, por causa de uma demanda específica daquela ocasião, resultante da migração de povos indígenas venezuelanos ao longo do percurso do rio Amazonas. Assim que o primeiro grupo de indígenas da etnia warao chegou e se instalou em uma praça central de Santarém, a prefeitura movimentou-se para realocá-los — junto de quem mais ainda chegasse — em um

espaço para “acolhimento emergencial”. Acontece que, desde então, muitos deles continuaram a chegar e também a seguir viagem, e a instituição instalada tornou-se o tal Abrigo.

De acordo com as Políticas de Proteção Social, o Abrigo era, em sua execução, uma modalidade de acolhimento institucional para adultos e grupos familiares em situação de rua, além das pessoas em situação de abandono, migração e refúgio e outras condições de precarização da vida que interfiram no direito à moradia (Iniciativas..., 2023). Ali, ele acolhia algumas pessoas e famílias nessas situações, tanto brasileiras quanto estrangeiras, bem como aquelas em situação de refúgio indígenas e não indígenas.

Portanto, não era para ser considerado um serviço exclusivo aos indígenas venezuelanos da etnia warao, mas eles eram, de fato, a mais expressiva parte do público. Desse modo, a quase exclusividade dos indígenas warao era o entendimento que comumente circulava na rede interinstitucional, resultando na confusão de fluxos por usuários e muitos agentes institucionais de outros serviços assistenciais da cidade. Igualmente, isso produzia ruídos na relação do movimentado encontro intercultural que se dava dentro daquele espaço.

De dentro dos barracões da instituição, ouvi muitas reclamações e reivindicações de diferentes lados — indígenas, não indígenas, brasileiros e estrangeiros — durante a etnografia. Inclusive, grande parte das indignações de Jonas, Botelho e outros interlocutores e interlocutoras passava por questões relacionadas a não haver ainda um “abrigo específico para brasileiros” na região. Para eles, era algo que já se justificaria apenas pela presença de pessoas brasileiras em situação de rua naquele centro urbano, muitas em migração, com condições de vida extremamente precárias. Argumentos como esses, no entanto, não se furtavam de trazer consigo a aversão à figura da pessoa estrangeira, o que se materializava igualmente em relações ruidosas entre brasileiros e estrangeiros no próprio Abrigo.

Recordo, ainda, que, naquele mesmo momento, a pandemia de covid-19 atravessava-nos nos cenários descritos, intensificando os efeitos das desigualdades sociais, particularmente na vida de pessoas e famílias em extrema precarização socioeconômica. No entanto, ela

não apareceu como um fato propulsor da mobilização social entre pessoas com trajetória de rua, pelo menos não no contexto etnográfico. Quando ocorreu, a mobilização de algumas pessoas parecia mais relacionada ao desdobramento das insatisfações elaboradas nas experiências com as instituições. Tanto é que, no evento registrado na Casa sobre o 19 de agosto, dia de luta das pessoas em situação de rua no Brasil, a discussão era feita em torno de questões mais gerais, e não resultou em nenhum desdobramento posterior de auto-organização política das pessoas ali envolvidas.

Quanto à indignação de Jonas: se inicialmente ela pareceu individual, progressivamente encontrou alguma ressonância no coletivo ao redor, sobretudo a partir da experiência de relação institucional. Com semelhança, outras pessoas não concordavam, completamente, com o modo como a assistência e o cuidado eram oferecidos naqueles cenários. Por isso, talvez o fato tenha sido interpretado como possibilidade de ameaça ao controle e segurança do Abrigo. Daí a produção de uma resposta institucional oportuna. Conforme discutem Das e Poole (2008), as margens não são fronteiras inertes: são parte de uma estrutura permanentemente moldada pelas instituições e seus agentes. “Controlar” e “pacificar”, segundo também menciona Lacerda (2014) em relação às ações do Estado em seu campo, foram tecnologias de poder utilizadas pela instituição e seu aparelho normativo, para manter a ordem nas margens.

Ainda assim, de acordo com o argumentado por Giddens (2003), as estruturas de dominação não devem ser concebidas como instituições sociais que laboriosamente produzem “corpos dóceis”, e isso o campo também possibilitou observar, não apenas na agência dos acolhidos envolvidos naquelas reivindicações, mas nas constantes negociações feitas por eles com agentes institucionais a partir das questões trazidas e, desses, com atores da gestão. Para Giddens (2003, p. 19), “[...] todas as formas de dependência oferecem alguns recursos por meio dos quais aqueles que são subordinados podem influenciar as atividades de seus superiores”.

Ainda assim, aqui falamos do Abrigo como um lugar com características de uma “instituição total”, aos moldes de Goffman (1987). Ou

seja, trata-se de um local de residência (abrigo) onde estavam um grande número de pessoas com situação semelhante, a maior parte do tempo separadas da sociedade mais ampla, cercada por muros e com um portão sob controle de um vigilante, sob administração de agentes institucionais e a autoridade de uma gestão do Estado. Portanto, já era esperado de um espaço como este o exercício das técnicas mais oportunas de controle por parte de quem o administrava burocraticamente — inclusive dissolver qualquer nível de mobilização.

### **Origem do MNPR, mobilizações sociais *da* rua hoje, no país e na Amazônia brasileira: *Patrícia***

O MNPR nasceu em 2005, no Brasil (Melo, 2017). Um ano antes, após o “Massacre da Sé” em São Paulo, grupos de pessoas em situação de rua apoiadas por organizações sociais, em São Paulo e Belo Horizonte, já tinham iniciado mobilizações para consolidar o Movimento (MNPR, 2024; De Lucca, 2007). Era uma forma de construir a memória das vítimas como sujeitos de direitos e transformar em luta o luto, as lágrimas e a comoção coletiva (De Lucca, 2016; Melo, 2017; Lemões, 2019), tal qual na articulação da mobilização social com as dimensões subjetivas de dor e sofrimento, discutida por Lacerda (2014). As ações de resgate da cidadania — por meio de moradia, trabalho digno, salários suficientes ao sustento e atendimento à saúde — são “bandeiras de luta” históricas do movimento (MNPR, 2010; Melo, 2017).

Ao longo desses vinte anos, a trajetória nacional do movimento foi marcada, em uma prática de autogestão, pela consolidação de núcleos estaduais (Melo, 2017; Zanella e Sicari, 2020). Em seu histórico, há parcerias de associações e cooperativas de catadores — organizados no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis —, participação em fóruns de debate e manifestações públicas, articulação com universidades, outros movimentos sociais e projetos. O MNPR se diz partidário e, nacionalmente, tem avançado na

ocupação de Conselhos Nacionais e Comitês Intersetoriais de acompanhamento de políticas (MNPR, 2010, 2024).

A cada dois anos, elegem representantes nacionais e estaduais e discutem suas pautas, constituindo-se como um movimento social complexo, atravessado por embates cotidianos, tensões, divergências e paradoxos (Melo, 2017; Lemões, 2019; Zanella e Sicari, 2020). Até o momento da escrita deste texto, estavam oficialmente em 19 estados do Brasil, um deles na região norte: o Acre. A militância costuma utilizar a internet para informar as ações, e há perfis dos núcleos do movimento em redes sociais, cujas publicações visam mobilizar novos integrantes e divulgar as agendas e conquistas do movimento. O uso da ferramenta digital foi fundamental, na pandemia da covid-19, para manter programações e participações ativas em espaços de decisão política. Possibilitou ainda encontros para interlocução e acolhimento entre os militantes, eventualmente com convidados (em geral, trabalhadores da saúde e da assistência social, além de representantes de outros movimentos sociais).

Foi durante a visita de uma liderança nacional à Secretaria Municipal de Saúde de Belém, capital do estado do Pará, que Patrícia conheceu o MNPR: “Fiquei maravilhada”. Patrícia era agente de bem-estar social desde 2021, vinculada à secretaria de saúde. Ela vivia em situação de rua até buscar o acolhimento de um dos abrigos emergenciais da Prefeitura de Belém, em janeiro de 2021, auge de uma das ondas da pandemia. Depois de se recuperar da covid-19, recebeu a proposta de ingressar no trabalho institucional com outras nove pessoas em situação de rua oriundas também da rede socioassistencial e de saúde da cidade.

Em 2023, por convite e estímulo de trabalhadores com quem atuava, viajou com outros profissionais de saúde para participar do Encontro da Rede Nacional de Consultórios na Rua e de Rua, no Espírito Santo, outra mobilização social deste mesmo campo de lutas. Por ocasião da minha inserção enquanto profissional da saúde de uma equipe de Consultório na Rua, no Rio de Janeiro, eu também participava do evento. Ali, conheci a história de Patrícia. Atualmente, ela era o nome que buscava construir e consolidar o

MNPR no Pará. Em uma entrevista posterior, em 2024, compartilhou comigo parte de sua trajetória de rua e vida, bem como os efeitos do trabalho na rede pública de saúde em seu interesse para se somar na construção do movimento. Sentia-se estimulada à mobilização, especialmente por alguns colegas do trabalho engajados nas mesmas pautas.

Ao escutar as trajetórias de lideranças do MNPR, é possível notar que o interesse pelo coletivo vem por canais similares aos de Patrícia e daqueles que observei na Casa — isto é, vem através de interações institucionais e/ou da própria inserção como agente institucional do Estado, ou à medida que se inserem na atuação em organizações e projetos: “o movimento chegou à minha cidade em 2010, por meio de uma assistente social que começou a reunião dentro dos abrigos...”; “foi no Fórum Estadual de População em Situação de Rua que eu conheci o movimento...”; “...ela enxergou que dentro do movimento era possível cobrar coisas dos serviços, sem sofrer retaliação”.<sup>14</sup> Isso foi observado de modo similar em outros estudos (Melo, 2017; Lemões, 2019) e sinaliza o ativismo institucional.

Nesses casos e em concordância com as observações de Zanella e Sicari (2020), “institucionalizar-se” parece favorecer caminhos para a luta coletiva. Outra maneira de aproximação ao movimento ocorre com o desenvolvimento do trabalho nas bases da mobilização (Melo, 2017), por meio das conversas na rua, na circulação de militantes pelas comunidades de convívio onde as pessoas se instalam: “Aí eles começam a falar em direitos...”, mencionou uma das lideranças do MNPR em uma videoconferência.

A ruptura de vínculos institucionais, por outro lado, pode interferir na continuidade da auto-organização política de atores sociais. E mais: a relação mobilização-instituição pode revelar-se paradoxal para muitas pessoas que vêm das ruas, através de tensões

**14** Falas de lideranças nacionais do MNPR na videoconferência “Protagonismo Feminino na Representatividade do MNPR pelo Brasil”, disponível em: <https://fb.watch/vqarPrUraW/>.

igualmente comuns a outros movimentos sociais, conforme discutem Lemões (2019) e Zanella e Sicari (2020). No caso destas duas últimas autoras (2020), isso é perceptível no MNPR, cuja conformação, ao mesmo tempo que tensiona os modos organizativos da sociedade, estrutura-se com relações institucionais na luta pela garantia de direitos. Mas esse é um paradoxo apontado inclusive por Jonas, quando questionou como poderia construir um movimento com a assistência, se haveria de questioná-la.

Na opinião de Patrícia, é preciso haver “alguém do estado do Pará para fazer algo por eles. No Pará, ainda não existe ninguém organizando”. Àquela altura de nossa entrevista, em 2024, suas preocupações relacionavam-se às desigualdades sociais e à precarização da vida que marcam a trajetória de pessoas em situação de rua: “[...] As pessoas estão morrendo. Todo dia morre ‘pop rua’ e a gente não sabe o que fazer. Faz o que pode, mas não é o suficiente. [...] As mulheres são as mais vulneráveis”. Perguntei a ela se, quando utilizava “a gente” e “eles”, indicaria que ela já não se entendia mais como parte de uma categoria “pessoas em situação de rua”, ao que ela respondeu: “Sim e não, pois a gente nunca deixa de ser. Até porque todos me conhecem. Não tem a ver com não estar lá. Eu sempre estou lá”.

Sua fala ressoa um entendimento comum ao MNPR acerca da importância das trajetórias de rua de seus militantes, condição para compor o quadro (Lemões, 2019), ainda que muitos não vivam mais nas ruas quando passam a se organizar politicamente. A mobilização tornou-se um dos principais espaços onde as pessoas em situação de rua põem-se a falar sobre si e reivindicam sua legitimidade e experiência enquanto sujeitos (De Lucca, 2007). Por isso, não é possível falar sobre as ruas sem ouvir quem vive ou viveu nela. Isto é, “nada sobre nós, sem nós”, um lema do movimento nos discursos públicos que valida a fala dos interlocutores da rua no espaço político (Melo, 2017; Zanella e Sicari, 2020).

Além disso, a situação das mulheres mencionada por Patrícia é um tema que retorna nos debates dos quais as lideranças participam e que chama a atenção pelo arranjo do próprio

movimento — majoritariamente masculino —, cenário que o MNPR busca mudar.<sup>15</sup> A formação de um quadro de dirigentes mulheres — em especial mulheres negras, ao considerar que, do ponto de vista racial, pessoas negras são a maioria da composição das ruas em centros urbanos brasileiros —, na atualidade, mostra-se necessária e estratégica para o coletivo. Articulado a outros marcadores sociais da diferença, são as pessoas que vivem as experiências mais desfavoráveis e violentas da encruzilhada urbana.

“População em situação de rua”, “Pop rua”, “vulneráveis”, como termos frequentes na fala de Patrícia, registram sua familiaridade com o vocabulário do Estado, onde agora também atuava. Mas, mesmo não inseridos como trabalhadores, nos circuitos institucionais diretamente ligados ao Estado, há um processo de assimilação da linguagem das políticas, no uso corriqueiro dos militantes do MNPR, que demonstra o aprendizado de uma gramática específica da interação (Lemões, 2019). O contrário, isto é, a incorporação da linguagem das ruas no vocabulário das políticas, é mais incomum de observar. Há, inclusive, cartilhas do movimento (MNPR, 2010). Estas, segundo Lemões (2019), autor que analisa essa estratégia pedagógica, são um tipo de publicação cujo objetivo, em geral, é formar o coletivo por meio de um processo pedagógico singular sobre formas de gestão, legibilidade e inscrição política das pessoas em situação de rua. Isso possibilita estabelecer diálogo com as instâncias deliberativas nos espaços institucionalizados da “luta”.

Para Patrícia, os motivos que limitavam a mobilização de outras pessoas residiam na dificuldade de se organizarem politicamente quando estavam na rua, frente à falta de oportunidades. Não seria possível organizar a própria vida enquanto se sente fome, por exemplo. Ela contou que, por muito tempo, os abrigos tiveram essa função na vida dela, “estar lá para me organizar”. Organizar a vida

**15** Recomendo conferir a videoconferência mencionada na nota anterior. A programação era parte de um “Mês de Luta - POP RUA”, em alusão ao 19 de agosto, em 2020. A conferência foi realizada no formato online, pois estávamos na primeira fase de restrições sanitárias da pandemia da covid-19, no Brasil.

nos seus pormenores, readquirir documentos, acessar cuidados de saúde, conseguir apoio psicossocial, comer. Na ocasião de nossa entrevista, por viver em uma casa, ela entendia que agora conseguia ter espaço, no cotidiano da vida, para começar a buscar a organização política. Todavia, outro tipo de limitação na adesão de pessoas em situação de rua ao movimento político pode ter a ver ainda com um processo “lento, gradual e árduo das lutas”, em um tempo oposto ao que algumas pessoas escolhem, desejam ou definem prioridades para si (Lemões, 2019; Zanella e Sicari, 2020).

Na opinião de Patrícia, não haveria um impedimento específico da Amazônia, que explicasse a ausência de mobilização na maior parte dos estados da região norte do país. No caso da Amazônia brasileira, suponho que, para a construção articulada com o restante do país, um fator limitante esteja relacionado ao custo e tempo do transporte para a Amazônia, da Amazônia e na Amazônia.<sup>16</sup> A propósito, Patrícia e Jonas nunca se conheceram, e suas histórias entrelaçam-se aqui por efeito desta análise, um dado que nos provoca a pensar sobre esses limites da capilaridade das mobilizações sociais na região.

Por fim, a história de Patrícia com a mobilização dá pistas do desfecho daquela temporada de Jonas, no Abrigo, ao considerar que, sobre o MNPR, “no Pará, ainda não existe ninguém organizando”. Em face do prazo acordado com a equipe da instituição para sua saída, Jonas passou a ficar a maior parte dos dias fora do Abrigo (o que era possível, desde que cumprisse com a regra institucional de retorno diário antes das 21h). Ele realizava pequenos trabalhos de venda, nas ruas, e eu já não o encontrava mais com a frequência de antes. Ficou até meados de maio, quando foi desligado, como ficou combinado. “Esse usuário deu trabalho”, a equipe dizia posteriormente. De partida, informou que iria voltar para Alter do Chão.

**16** Sobre trânsito e acesso na Amazônia, recomendo ler Brum (2021), Pereira (2008) e Ribeiro (2001), em seus comentários a respeito do ônus do transporte entre cidades, ao viver em cidades do interior da Amazônia.

Com Jonas, foi também a semente da mobilização que ele vinha tentando regar em solo árido. Eu não estava presente na hora em que saiu. Pelo menos até o final do trabalho de campo ali, em 2022, não retornou mais — nem ele, nem a semente.

## **Considerações finais**

As experiências pessoais e coletivas de sofrimento, violência e violação de direito — matéria bruta da vivência da rua — mostraram-se, ao longo desta análise, elementos estruturantes da mobilização entre pessoas em situação de rua, assim como em outros trabalhos (Melo, 2017; Lemões, 2019). A história pessoal na forma de testemunhos faz-se bastante presente nos discursos de lideranças em eventos públicos, por exemplo. A narrativa elaborada não apenas conta a dor, mas convoca à “luta” quem escuta, efeito também discutido por Lacerda (2014). Além disso, conforme argumenta Melo (2017), a existência do MNPR questiona o entendimento de que determinados segmentos sociais seriam improváveis à participação política.

Entre as formas de acesso à mobilização, “institucionalizar-se” mostrou-se como um dos canais possíveis, sobretudo quando incentivado por um ativismo institucional presente na prática dos profissionais do Estado. Do contrário, de acordo com o que foi visto aqui, o acesso pode ser mitigado. Outro caminho viria do trabalho de base realizado por militantes do movimento nas cenas da rua e instituições. A lacuna de dados oficiais, censos atualizados e indicadores de saúde, por sua vez, pode dificultar a organização do trabalho de base de um movimento social como o MNPR, ao considerar suas pautas reivindicatórias de direitos constitucionais. Essa falta é um problema na maior parte das cenas urbanas brasileiras e é com frequência vocalizada.

Por outro lado, a ausência revela igualmente a operacionalização das estratégias de “ilegibilidade do Estado”, comum ao governo das margens (Das e Poole, 2008). Isso se desdobra ainda na dificuldade de planejamento do trabalho das equipes de saúde e assistência

social voltadas a esse público. Atualmente, está entre uma das principais questões discutidas por trabalhadores organizados na Rede Nacional de Consultórios na Rua e de Rua.

As pautas levantadas pelo MNPR configuram disputas estruturais e históricas, no Brasil. As conquistas que vieram com a Política Nacional para a População em Situação de Rua, em 2009, ainda não garantem o acesso a direitos na prática. Por isso, algumas cobranças estão sempre presentes na agenda e no discurso das lideranças do movimento, especialmente em espaços deliberativos do Estado, como forma de questionar as formas de gestão da vida. No entanto, assim como no cotidiano de muitas mobilizações nacionais, cuja ação acaba concentrada em grandes centros do país, a mobilização de pessoas com trajetória de rua aqui também parece, até o momento, encontrar dificuldade de expansão na região norte.

Nesse sentido, este capítulo amplia o horizonte das discussões sobre mobilizações sociais que ocorrem — ou tentam ocorrer — em uma Amazônia urbana. Elas estão marcadas pelas circunstâncias precárias de vida, por intensos deslocamentos, por disputas acerca do direito à cidade, pela governamentalidade e pelo controle da circulação de pessoas pelo Estado. Além disso, estão ligadas aos tensionamentos históricos de projetos implantados na região e de grandes grupos e corporações político-econômicas que disputam o recorte do tecido urbano, na especulação imobiliária e na expansão da fronteira agrícola — lugares, portanto, onde a violação de direitos (à moradia, à vida, ao trabalho digno) há muito se combina a violações à dignidade e à liberdade.

Eventualmente, tais disputas chegam a um ápice, estreitam caminhos, envolvem outras mobilizações e direcionam a atenção do restante do país às desigualdades ali presentes (Beltrão e Lacerda, 2022), como ocorreu em algum momento da pandemia, por exemplo. No entanto, reforço que os atores sociais dessas margens e suas pautas muitas vezes passam despercebidos às lentes analíticas das ciências sociais e humanas. Isso deve servir de estímulo ao crescimento da produção teórica, especialmente dos estudos urbanos da e na Amazônia.

## REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebeca Neara; TATAGIBA, Luciana. Institutional Activism: Mobilizing For Women's Health From Inside The Brazilian Bureaucracy. In: ROSSI, Federico M.; BÜLOW, Marisa von (orgs.). *Social Movement Dynamics: New Perspectives on Theory and Research from Latin America*. Londres: Routledge, 2015.
- AGIER, Michel. O biopoder à prova de suas formas sensíveis: breve introdução a um projeto de etnografia das heterotopias contemporâneas. *Primeiros Estudos*, [s. l.], v. 9, p. 95-106, 2019.
- BELTRÃO, Jane Felipe; LACERDA, Paula. Desigualdades duradouras na Amazônia brasileira: processos de violências e resistências. In: BELTRÃO, Jane Felipe; LACERDA, Paula (orgs.). *Violências versus resistências: desigualdades de longa duração na Amazônia brasileira*. Brasília: ABA Publicações, 2022.
- BRUM, Eliane. *Banheiro Òkòtó: uma viagem à Amazônia centro do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades Amazônicas. In: CASTRO, Edna (org.). *Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2008.
- DAS, Veena. State, citizenship, and the urban poor. *Citizenship studies*, [s. l.], v. 15, n. 3-4, p. 319-333, 2011.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. *Anthropology in the Margins of the State*. 1. ed. Nova York: Oxford University Press, 2004.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. *Etnografías comparadas. Cuadernos de Antropología Social*, [s. l.], v. 27, p. 19-52, 2008.
- DE LUCCA, Daniel. Morte e vida nas ruas de São Paulo: a biopolítica vista do centro. In: RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel de Santis (orgs.). *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos: Edufscar, 2016.
- DE LUCCA, Daniel. *A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua*. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

- FASSIN, Didier. Another Politics of Life is possible. *Theory Culture Society*, [s. l.], v. 26, p. 44-60, 2009.
- FASSIN, Didier. Compaixão e repressão: a economia moral das políticas de imigração na França. *Ponto Urbe*, [s. l.], v. 15, p. 1-25, 2014.
- FRANGELLA, Simone. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul (orgs.). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- IBGE. *Censo Demográfico 2022. Panorama. População. 2023*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?>. Acesso em: 13 maio 2025.
- INICIATIVAS intersetoriais voltadas à promoção de direitos de populações indígenas refugiadas e migrantes no Brasil, *Acnur*, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/media/iniciativas-intersetoriais-voltadas-promocao-de-direitos-de-populacoes-indigenas-refugiadas>. Acesso em: 13 maio 2025.
- LACERDA, Paula Mendes. O sofrer, o narrar, o agir: dimensões da mobilização social de familiares de vítimas. *Horizontes Antropológicos*, [s. l.], v. 20, n. 42, p. 49-75, 2014.
- LEMÕES, Tiago. Hierarquia, contestação e igualdade: a produção da militância política para a população de rua no Brasil. *Civitas*, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 123-141, 2019.
- MELO, Tomás. *Política dos improváveis: percursos de engajamento militante no Movimento Nacional da População em situação*

- de rua. 2017. Ph.D. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.
- MNPR. *História do MNPR*. 2024. Disponível em: <https://popruasp.wordpress.com/sobre/>. Acesso em: 13 maio 2025.
- MNPR. *Conhecer para Lutar – Movimento Nacional da População de Rua. MNPR e Instituto Pólis*. 2010. Disponível em: [https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2019-08/mnpr\\_cartilha\\_direitos\\_conhecer\\_para\\_lutar.pdf](https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/mnpr_cartilha_direitos_conhecer_para_lutar.pdf). Acesso em: 13 maio 2025.
- OLSSON, Jan; HYSING, Erik. *Inside Activism: Political Agency and Institutional Change*. Oxford Research Encyclopedia of Politics, 2019.
- OLSSON, Jan; HYSING, Erik. Legitimacy and Green Inside Activism. *In: HYSING, Erik; OLSSON, Jan (orgs.). Green Inside Activism for Sustainable Development: Political Agency and Institutional Change*. Suíça: Palgrave Macmillan, 2018.
- OLSSON, Jan; HYSING, Erik. Theorizing Inside Activism: Understanding Policymaking and Policy Change from Below. *Planning Theory and Practice*, [s. l.], v. 13, n. 2, 2012.
- ORTNER, Sherry. B. Poder e projetos: reflexões sobre agência. *In: GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter Henry (org.), Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*. 25. Reunião Brasileira de Antropologia, Goiânia, 2006. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 45-80.
- PEREIRA, José Carlos Matos. O papel de Santarém como cidade média na Amazônia Oriental. *In: CASTRO, Edna Maria Ramos de (org.). Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2008.
- RIBEIRO, Miguel Ângelo. A rede urbana amazônica – da rede dendrítica à configuração de uma rede complexa. *In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: Editora Unesp, 2001.
- SILVEIRA, Mariana Costa. Activism Among Bureaucrats: Creative Social Housing Work in a Conservative Institutional Setting. *Brazilian Political Science Review*, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 1-36, 2022.

- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. As cidades médias e os contextos urbanos contemporâneos. *In*: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: Editora Unesp, 2001.
- TORRES, Vanilson. 2021. Com a Palavra: MNPR – Movimento Nacional da População de Rua. Entrevista com Vanilson Torres. *Crônicas do Dia a Dia*, São Paulo, 19 ago. 2021. Disponível em: <https://cdd.org.br/noticias/com-a-palavra-mnpr-movimento-nacional-da-populacao-de-rua/>. Acesso em: 13 maio 2025.
- ZANELLA, Andrea Vieira; SICARI, Aline Amaral. Movimento Nacional de População de Rua: a complexa luta por direitos. *Psicol. rev.*, [s. l.], v. 26, n. 3, p. 1.058-1.079, 2020.